

Empate no primeiro confronto

Edson Gê

Acabou ontem em empate a primeira queda de braço entre Governo e oposição no Congresso após as modificações feitas na equipe do presidente Fernando Collor. Os peemedebistas conseguiram 352 assinaturas para dar urgência ao decreto legislativo que suspende a precatória para pagamento dos aposentados, mas não colocaram em plenário os 252 votos necessários para aprová-lo. O Governo, por sua vez, não conseguiu reunir igual número de deputados para o projeto que cria a Secretaria de Governo da Presidência, apesar de ter conseguido o apoio dos líderes do PSDB e do PST o que, teoricamente, deveria garantir a aprovação da matéria. A maioria dos dois lados ficou só no papel. Na tentativa de evitar a derrota, o Governo acenou com uma proposta de aumento de 80% para os aposentados.

O confronto no plenário ficou adiado para a próxima quarta-feira quando as oposições prometem lotar as galerias com aposentados para pressionar os partidos aliados do Palácio do Planalto. Os governistas pretendem usar todo o seu poder de fogo e a influência de ministros e governadores para evitar a derrubada do decreto presidencial que adia para o ano que vem o pagamento dos 147%.

Mesma proposta

Rejeitada de antemão pelas oposições, a proposta apresentada ontem pelo líder do Governo na Câ-



Após arregimentar 400 deputados, os dois lados só conseguiram colocar 192 no plenário

mara, Humberto Souto, já foi apresentada pelo Governo no ano passado. Ela prevê o pagamento, retroativo a setembro passado, da diferença entre o que os aposentados receberam e os 80% de INPC do período até dezembro. Souto assegurou que a Previdência tem como arcar com essa despesa de Cr\$ três trilhões e apenas estuda a forma de pagamento.

“Querem ressuscitar os mor-

tos. Essa proposta teve sentido num determinado momento. Está completamente ultrapassada” — reagiu o líder do PMDB, Genebaldo Correia, endossando as posições do PSDB, do PDT e do PT.

Na verdade, a proposta anunciada por Humberto Souto visava o público interno, ou seja, dar argumentos para que deputados das bancadas governistas votasse com as oposições na questão dos aposen-

tados. Em ano eleitoral, fica muito difícil pedir aos parlamentares para que simplesmente votassem contra os aposentados.

A situação do Governo é mais complicada do que a das oposições porque, além de derrotar o decreto da Previdência, o Executivo precisa aprovar o quanto antes a Secretaria de Governo para viabilizar a posse do ex-senador Jorge Bornhausen no cargo.